

O PROJETO DE LÍNGUA NACIONAL EM *URUPÊS* DE MONTEIRO LOBATO

Simone de Brito Corrêa
Doutorado/UFF
Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros

Urupês e a Ligeira Nota: historicidade e condições de produção

Este trabalho de pesquisa, através do aporte teórico na Análise de Discurso de linha francesa na articulação com a História das Ideias Linguísticas pretende lançar um olhar outro sobre Monteiro Lobato, autor que se encontra comumente atrelado à literatura infantil brasileira. Mais especificamente, objetivamos situar discursivamente o dizer de um escritor e editor literário que se debruça sobre questões polêmicas da língua do/no Brasil no início do século XX. Para tanto, nossa escolha recaiu sobre o livro de contos *Urupês*, editado pela primeira vez em 1918. Os motivos para esta escolha serão apresentados na sequência.

Tal obra surge em um contexto de polêmicas em torno do Português do/no Brasil, contexto este que já vinha se configurando desde o período pós-Independência. Incluem-se aí discussões sobre a pertinência ou não de brasileirismos em obras literárias (como foi o caso das críticas dirigidas por críticos literários portugueses a José de Alencar no século precedente).

Com relação à língua nacional do/no Brasil, em linhas gerais, vinham disputando espaço duas posições antagônicas: uma, de cunho unificador e homogeneizante, tendo Portugal como matriz de sentidos; e outra, filiada a um nacionalismo linguístico brasileiro e, portanto, voltada para a(s) Língua(s) Portuguesa(s) como ocorria(m) no Brasil de então. Neste contexto, a Reforma Ortográfica de 1907, proposta pela Academia Brasileira de Letras, contribui para acirrar ainda mais os ânimos, por se tratar de medida de interferência político-jurídica na língua.

Neste trabalho, vamos nos ater à seção de *Urupês* intitulada *Ligeira Nota sobre a Ortografia de Monteiro Lobato* (doravante, *Ligeira Nota*), buscando depreender seu funcionamento discursivo e significá-la no conjunto de gestos de gramatização brasileira do

Português nas primeiras décadas do século XX, no bojo de um movimento a favor da especificidade do Português do Brasil.

Por gramatização, entende-se “[...] o processo que conduz a *descrever e instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (Auroux, 1992, p.65). Guimarães (1996) aponta que a gramatização no Brasil se dá a partir da segunda metade do século XIX, estendendo-se pelas primeiras décadas do século XX. Segundo o mesmo, a gramatização brasileira do Português surge como um procedimento de independência com relação a Portugal.

Para esta pesquisa, importam dois recortes de significação propostos pelo autor para os estudos relativos ao processo de gramatização do Português no Brasil. São eles, o que trata da especificidade do Português do Brasil em oposição ao Português de Portugal, e o que defende a unidade linguística Portugal/Brasil.

Cabe ressaltar que tal perspectiva para os estudos do Português no Brasil não se encontra inscrita na tradição historiográfica. Dito de outra forma, este enfoque tem como ancoragem o conceito de historicidade. Assim, partindo do pressuposto de que a cronologia histórica por si só não dá conta de abarcar a complexidade dos processos de produção dos sentidos, tem-se que sentidos em disputa, filiados a determinados feixes de significação, são passíveis de surgir, sobressair ou sofrer apagamentos (ou silenciamentos), e ressurgir em diversas épocas, mesmo distantes em termos cronológicos.

Passiani (2003) aponta que, no conto *Urupês*, da obra homônima, promove-se um incômodo deslocamento da imagem mítica do indígena para a triste figura do caipira *Jeca Tatu*, criando-se, assim, um efeito de ruptura com a idealização romântica de nossas origens. Expõe-se, com isto, uma realidade nua e crua do interior do Brasil.

Além disso, na edição de 1994 do livro *Urupês*, a *Ligeira Nota* traz aspectos de uma polêmica relativa à ortografia do português do/no Brasil no início do século XX. Naquela edição, a referida seção de *Urupês* vinha com o seguinte fecho: “Até a 36ª edição, a ortografia de Monteiro Lobato foi respeitada. A partir da 37ª edição, optou-se por seguir o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*.” (LOBATO, 1994, p. 11).

Dentro da perspectiva dos estudos de Análise de Discurso de linha francesa, pesquisou-se, em outras edições de *Urupês*, a existência da mesma nota, mas com fecho que ainda ‘respeitasse’ a ortografia de Monteiro Lobato. Na edição crítica de 1964, assim constava o último parágrafo da nota: “Diante disso resolvemos respeitar nesta edição a ortografia de Monteiro Lobato, realmente mais simples e cômoda do que a aconselhada pela nossa Academia.” (LOBATO, 1964, p. 82).

Na *Ligeira Nota*, temos, então, um escritor literário se posicionando sobre questões relativas à língua nacional do/no Brasil do início do século XX. Em termos discursivos, o que se percebe é uma posição-sujeito alinhada com o nacionalismo linguístico brasileiro. Há ainda que se considerar que, à época do lançamento do livro de contos *Urupês*, Monteiro Lobato era não somente dono como também editor na *Revista do Brasil*, atuando como influente crivo no lançamento (ou não) de obras de vanguarda de escritores nacionais. Dadas as características acima descritas do contexto de produção (o que inclui a posição social legitimada para dizer sobre a língua Portuguesa do/no Brasil), a assunção de um posicionamento contrário à Reforma Ortográfica de 1907 produziu efeitos de sentido tais que acabaram gerando mais polêmicas. Foi o caso da querela envolvendo Visconde de Taunay, relativa à dicionarização de brasileirismos de *Urupês* na terceira edição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1923), do português Cândido de Figueiredo.

A Reforma Ortográfica de 1907 estaria regida por um ‘princípio da simplificação’. Na verdade, trata-se de uma medida político-jurídica sobre a língua, atuando no sentido de apagar diferenças ortográficas entre línguas constituídas mediante historicidades diversas: o Português do Brasil e o Português de Portugal.

Funcionamento Discursivo da Ligeira Nota

No dizer da *Ligeira Nota* sobre língua nacional do/no Brasil, foram observados dois eixos temáticos: um que estabelece um embate entre língua institucional e língua nacional; e outro que aponta para a influência exercida pela simplificação ortográfica no desenvolvimento de algumas nações europeias.

No primeiro eixo, há uma oposição entre uma língua institucional, língua dos gramáticos, língua imposta por lei, e uma língua outra, concebida como ‘a mais bela obra coletiva desse país’, língua do povo, dos jornais, dos ‘escritores mais decentes’. A argumentação em favor desta última posição encontra-se ancorada no discurso da evolução das Ciências Naturais, estando este atrelado à ‘lei natural da simplificação’. Assim, temos:

“Uma língua está sempre se desenvolvendo no sentido da simplificação, e a reforma ortográfica foi apenas um simples apressar o passo desse desenvolvimento. Mas a criação de acentos novos, como o grave e o trema, bem como a inútil acentuação de quase todas as palavras, não é desenvolvimento para a frente e sim complicação, involução [...]” (LOBATO, 1994, p. 10).

Configura-se, assim, uma resistência à obrigatoriedade de novos empregos da acentuação gráfica, previstos estes na Reforma Ortográfica de 1907. Em linhas gerais, com tal medida, a Academia Brasileira de Letras, em seu papel institucional unificador da língua (Mariani, 2001, p. 99), visava a uma padronização, diante do quadro de ‘anarquia ortográfica’ no Brasil da primeira metade do século XX. No entanto, na *Ligeira Nota*, a língua aparece regida, não pela lei institucional, mas pela lei natural: “Não há lei humana que dirija uma língua, porque língua é um fenômeno natural [...]”. (LOBATO, 1994, p.10).

No segundo eixo temático observado na *Ligeira Nota*, para se dizer sobre a língua nacional do/no Brasil, recorre-se à Europa. Fomos ditos pelo olhar europeu na *Carta de Pero Vaz de Caminha* que, como marco escrito primeiro de nosso encobrimento, continua produzindo efeitos de sentido.

Assim, temos na *Ligeira Nota* uma menção honrosa à Inglaterra, na qual se atribui a ‘vitória dos povos de língua inglesa do mundo’ à ausência de acentos gráficos naquela língua. Neste ponto, cabe ressaltar que, neste contexto, o termo ‘vitória’ estaria alinhado ao discurso da colonização (Orlandi, 1990, p. 239), na medida em que encobre os sentidos de dominação e imposição. Seguindo Auroux (1992), Guimarães (1994) assinala que “[...] a gramatização foi um modo de a Europa, o ocidente, conhecer e dominar o resto do mundo.” Neste caso, a ‘vitória’ da Inglaterra em muito se deve à imposição político-linguística em terras conquistadas.

Por outro lado, a França, retratada na *Ligeira Nota* pelo viés da decadência e da queda, serve como exemplo a *não* ser seguido pela nação brasileira: “Essa gente [nossos gramáticos] quer arrastar este país a um imenso desastre futuro! Quer que tenhamos o ignominioso destino da França, a pobre vítima do excesso de acentos!” (LOBATO, 1994, p. 10). Dito de outro modo, dentro desta ótica, o desenvolvimento de uma nação encontra-se atrelado, através da simplificação ortográfica, à evolução da língua.

Pode-se dizer que a menção a esses países europeus reflete, também, um período em que, ainda segundo Guimarães (1996), o movimento das ideias no Brasil buscava fontes outras, que não a portuguesa.

Portanto, na *Ligeira Nota*, vigora um silêncio quanto a Portugal: não há referências explícitas, quer à língua, quer aos ‘grandes feitos’ portugueses. Desse modo, na referida seção de *Urupês*, a descrição rica em superlativos, com efeito suspensivo – “Pois não vê que a maior das línguas modernas, a mais rica em número de palavras, a mais falada de todas, a de mais opulenta literatura, a língua inglesa – não tem um só acento?” (LOBATO, 1994, p. 10) –

funciona, em termos discursivos, de modo a prestigiar uma língua outra que não a língua de Portugal.

Por fim, a citação de Carolina Michaëlis (1911) – “A língua é a mais genial, original e nacional obra d’arte que uma nação cria e desenvolve”, – além de fazer falar uma voz de autoridade em favor da noção da evolução das línguas naturais, constitui outros não-ditos: não é mencionada a nacionalidade portuguesa de Michaëlis (obtida via matrimônio), nem a fonte da citação (a obra *Saudade Portuguesa*, da mesma autora).

Considerações finais

Através deste trabalho, buscou-se apresentar algumas considerações sobre o projeto de língua nacional no livro de contos *Urupês* de Monteiro Lobato. A partir da seção *Ligeira Nota*, puderam ser recuperadas pistas linguístico-político-discursivas que, por sua vez, apontaram para a recorrência da intervenção do jurídico no linguístico através de instituições que apresentam uma visão unicizante de língua.

Além disso, destaca-se o caráter pedagógico da *Ligeira Nota*: a intervenção de instituições, como a Academia Brasileira de Letras e algumas instâncias jurídicas, pode vir a impactar de forma negativa na economia das nações.

Por fim, a menção a nações da Europa (bem sucedidas ou não em termos econômicos) aponta para a contradição constitutiva do sujeito que, mesmo em busca pela língua nacional do/no Brasil, continua repetindo o movimento de recorrer à matriz europeia.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. 1. ed. Campinas: Pontes, 1996, p. 127-138.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Obras completas de Monteiro Lobato. Edição crítica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. Vol. 1.

_____. *Urupês*. 37. ed. revisada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII)*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Língua portuguesa e realidade brasileira: o diretório de Pombal segundo Celso Cunha. *Organon - Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, vol. 9, n. 23, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Política linguística no Brasil*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto Velho e Novo Mundo*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução por Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 1. ed. Campinas: Pontes, 2004.

SILVA, M. Superando a “anarquia ortográfica”: a Academia Brasileira de Letras e a Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa (1907). *Web-Revista Sociodialeto*, Campo Grande, v. 4, n. 12, mai. 2014. Disponível em: [<http://www.sociodialeto.com.br>] Acesso em: 3 out. 2016.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; MEDEIROS, Vanise. Em Pessoa: dobras na e da língua. *Polifonia*, Cuiabá, v. 22, n. 31, p. 115-133, jan-jul 2015.